



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Coordenadoria de Controle Interno

PLANO ANUAL DE AUDITORIA
EXERCÍCIO DE 2018
PAA 2018

Coordenadoria de Controle Interno
Dezembro de 2017

PAA 2018

1. Introdução

O planejamento das atividades da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT) para realização no exercício de 2018, compreende auditorias, inspeções e ações de fiscalização, além de previsão estimada de demandas dos demais órgãos de controle, Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), visa sistematizar as ações consideradas necessárias ao cumprimento de suas atribuições, conforme estabelecidas na Constituição Federal e disciplinadas na regulamentação interna.

Nesse sentido, ante possibilidade de previsão, elaborou-se e ora se divulga o planejamento das atividades, constituído do respectivo plano anual (PAA), que restou elaborado, submetido e aprovado pela autoridade máxima do órgão, Desembargador Presidente, consoante as disposições da Resolução CNJ nº 171 de 2013.

** Auditoria é o processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado” - Conceito extraído das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – Portaria TCU Nº 280, de 8 de dezembro de 2010.*

2. Critérios e Objetivos

A seleção dos objetivos para as ações previstas no plano baseou-se no critério risco consideradas as variáveis relevância, relacionada a imagem e objetivos estratégicos do órgão; criticidade, referente ao lapso entre auditorias de mesmo objeto realizadas noutros exercícios, deliberações do TCU, CNJ e CSJT dirigidas diretamente ao órgão ou ao Poder Judiciário, e propostas da própria unidade de controle interno; além da materialidade (valores envolvidos nas despesas).

Na seleção, também, restaram sopesadas as unidades cujos procedimentos serão examinados, para evitar concentrações em única ou poucas e assim contribuir para melhoria de revisão e implantação/implementação de procedimentos, mediante eventuais recomendações para adequação/revisão de controles e correções de falhas e/ou irregularidades.

Nessa linha, o plano contempla ações relacionadas as áreas de gestão de compras e contratações (obras, dispensas e inexigibilidades de licitação, processos licitatórios, execução de contratos, liquidação de despesas, governança); gestão de pessoas (responsabilidade fiscal, atos de admissão, aposentadorias e pensões, funções comissionadas e cargos em comissão, capacitação e diárias); uso de recursos descentralizados, gestões do patrimônio, orçamentária, financeira e contábil (responsabilidade fiscal, conformidade de registro de gestão, frota de veículos); e gestão da tecnologia da informação (governança); ademais, envolve procedimentos sob responsabilidade de várias unidades das estruturas das Secretarias da Administração, de Gestão de Pessoas, de Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e Comunicações, subordinadas à Diretoria-Geral, e de Assessorias e Coordenadorias vinculadas à Presidência.

O resultado pretendido pelas auditorias, examinados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade na prática dos atos, os controles internos adotados para mitigar os riscos abrangidos nos procedimentos, e a fidedignidade das informações registradas e divulgadas, consiste em agregar valor aos produtos entregues pelas unidades auditadas consoante suas atribuições e assim contribuir para cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico do TRT.

3. Ações e Atuação

O PAA 2018, no quadro anexo, elenca as auditorias para desenvolvimento, ações de fiscalização e monitoramento naquele exercício, disponibilizando as informações quanto às correspondentes ações: número, tipo/forma, objeto, conhecimentos específicos, período, área auditada, unidade responsável e unidade auditada ou unidade monitorada.

Na realização das auditorias do plano, serão observados os procedimentos previstos no manual elaborado pela própria unidade de controle segundo os padrões do TCU e da normatização do CNJ, abrangendo as fases de planejamento, execução, comunicação de resultados e monitoramento.

Os procedimentos quando das auditorias igualmente observarão o fluxo do correspondente processo de trabalho e os procedimentos relacionados à comunicação e requisição de informações e documentos delas decorrentes, conforme disciplinado nas normas internas: Ato Regulamentar GP nº 16/2014 e Portaria GP nº 34/2014.

Campinas, 19 de novembro de 2017.

Sinval Alves Fernandes

Coordenador de Controle Interno

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Desenvolvimento							
Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
1	Auditoria de Gestão/Auditoria Direta.	-PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS SUPERIORES	Certificar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no processo de contas de 2017 - Relatório de Gestão - Gestão patrimonial, demonstrações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.	Legislação pertinente ao processo de apresentação e apreciação das contas de 2017.	Janeiro a Março.	SAUDI	Secretaria da Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral.
2	Auditoria de Gestão/Auditoria Direta.	-PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS SUPERIORES	Certificar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no processo de contas de 2017 - Relatório de Gestão - Visão geral do órgão, planejamento organizacional e resultados, relacionamento com a sociedade e a área tecnologia da informação.	Legislação pertinente ao processo de apresentação e apreciação das contas de 2017.	Janeiro a Março.	SECAP	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Diretoria-Geral, Assessoria de Gestão Estratégica, Coordenadoria de Comunicação Social, Secretaria Geral da Presidência, Ouvidoria e Presidência.
3	Auditoria de Gestão/Auditoria Direta.	-PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS SUPERIORES	Certificar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no processo de contas de 2017 - Relatório de Gestão - Área compras e contratações.	Legislação pertinente ao processo de apresentação e apreciação das contas de 2017.	Janeiro a Março.	SEDIV e SELIC	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
4	Auditoria de Gestão/Auditoria Direta.	PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS SUPERIORES	Certificar a fidedignidade e a completude das informações prestadas no processo de contas de 2017 - Relatório de Gestão – Área pessoas.	Legislação pertinente ao processo de apresentação e apreciação das contas de 2017.	Janeiro a Março.	SEDAP	Secretaria de Gestão de Pessoas, Assessoria de Apoio aos Magistrados, Diretoria-Geral e Secretaria-Geral da Presidência.
5	Auditoria Coordenada	-GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Governança, gestão, riscos e controle de tecnologia da informação e comunicações – Coordenada pelo CNJ	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; governança de TI, Resolução CNJ 182/2013	Mai e Junho	SECAP	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Diretoria-Geral, .
6	Auditoria integrada-compartilhada	-GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	Levantamento da Governança e Gestão Orçamentária e Financeira de 1º e 2º Graus. CNJ/CSJT	Lei 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000; normativos e portarias da Secretaria do Tesouro Nacional; Siafi operacional; Tesouro Gerencial; Siconfi, LDO e LOA.	Agosto a Novembro	SAUDI	Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral
7	Auditoria de Conformidade/Auditoria Coordenada	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC	Avaliar a efetiva utilização dos bens e serviços de Tecnologia da Informação custeados com recursos descentralizados dos orçamentos de 2016 e 2017 do CSJT – solicitação CCAUD/CSJT	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; gestão patrimonial; sistema informatizado de controle patrimonial; Siafi.	Junho a Agosto.	SAUDI	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Secretaria Administrativa e Diretoria-Geral, .

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
8	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	-RECRUTAMENTO PROVIMENTO -CONCESSÕES PREVIDENCIÁRIAS	Analisar a legalidade dos atos de admissão, aposentadorias e pensões estatutárias, incluindo correspondentes alterações, realizados e concedidos em 2017 .	Regime Próprio de Previdência Social; Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União; Lei Orgânica da Magistratura; IN 55/2007 do TCU; estrutura remuneratória magistrados e servidores; e sistemas informatizados Fênix e Folha de Pagamento.	Janeiro a Dezembro.	SEDAP	Secretaria de Gestão de Pessoas, Diretoria-Geral, Assessoria de Apoio aos Magistrados e Secretaria-Geral da Presidência.
9	Inspeção Administrativa	-GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	Elaborar e divulgar as informações referentes ao Relatório de Gestão Fiscal.	Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000; normativos e portarias da Secretaria do Tesouro Nacional; Siafi operacional; Tesouro Gerencial; e Siconfi.	Janeiro, Maio e Setembro.	SAUDI	Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Orçamento e Finanças.
10	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	- GESTÃO DE PESSOAS - PAGAMENTO	Avaliação da aplicação do Teto Constitucional.	Regime Próprio de Previdência Social; Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União; Lei Orgânica da Magistratura; IN 55/2007 do TCU; estrutura remuneratória magistrados e servidores; e sistemas informatizados Fênix e Folha de Pagamento.	Junho a Agosto.	SEDAP	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria Geral.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
11	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	GESTÃO ADMINISTRATIVA GESTÃO DE OBRAS	Avaliar o cumprimento das disposições constantes dos normativos editados para disciplinar o planejamento e a execução de obras, compreendendo construções e reformas prediais, no âmbito da Justiça do Trabalho.	Resoluções 70/2010 do CSJT e 114/2010 do CNJ e jurisprudência sobre obras destes Órgãos Superiores e do TCU.	Janeiro a Dezembro.	SELIC	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral.
12	Auditoria Operacional e de Conformidade/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ADMINISTRATIVA -GESTÃO DE BENS PERMANENTES	Gestão de Ativos de TIC	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; gestão patrimonial; sistema informatizado de controle patrimonial; Siafi.	Março a Junho.	SAUDI	Secretarias da Administração, de Tecnologia da Informação e Comunicações e de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral.
13	Auditoria de Conformidade e Operacional/ Auditoria Direta.	-GESTÃO DE POLÍTICAS E NORMAS INSTITUCIONAIS -SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Criação e Implantação da Política de Segurança da Informação - Monitoramento dos Resultados	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; governança.	Outubro a dezembro	SECAP	Comitê de Segurança da Informação, Secretaria de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, e Diretoria-Geral.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
14	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	Diárias Eventuais – Verificar a legalidade das concessões e a correção dos pagamentos.	Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União; Resolução Administrativa 11/2013; e jurisprudência do TCU, CNJ e CSJT.	Julho a Outubro	SEDIV	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria-Geral.
15	Auditoria de Conformidade e Operacional/ Auditoria Direta.	-GESTÃO DE POLÍTICAS E NORMAS INSTITUCIONAIS -RISCOS	Criação e Implantação da Política de Gestão de Riscos - Monitoramento dos Resultados	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; governança.	Agosto a Outubro	SECAP	Comitê de Segurança da Informação, Secretaria de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, e Diretoria-Geral.
16	Auditoria de Conformidade e Operacional/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ADMINISTRATIVA -AQUISIÇÕES	Gestão das aquisições de bens permanentes e de consumo.	Lei 4320/1964; jurisprudência dos órgãos de controle; e boas práticas na gestão de compras e contratações.	Julho a Outubro	SAUDI	Secretaria da Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral.
17	Auditoria Operacional/Conformidade Auditoria Direta.	-GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -GESTÃO ADMINISTRATIVA	Aquisições de TIC – opção pelo SRP, incluindo adesões às Atas de outros órgãos.	LEI 10520/2002, Decreto 7.892/2013; Lei 8.666/1993; jurisprudência do TCU.	abril a Junho	SELIC	Secretaria da Administração, Diretoria-Geral.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Auditada
18	Auditoria de Conformidade e Operacional/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ESTRATÉGICA -GESTÃO DE PROCESSOS -GESTÃO DE PROJETOS	Gestão de processos de trabalho.	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; governança.	Maio a Agosto	SECAP	Assessoria de Gestão Estratégica, Presidência e Diretoria-Geral.
19	Auditoria de Conformidade e Operacional/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ADMINISTRATIVA -GESTÃO DE BENS PERMANENTES	Analisar a regularidade dos procedimentos adotados e a eficácia dos controles utilizados para gestão da frota de veículos.	Resoluções 83/2009 do CNJ e 68/2010 do CSJT; jurisprudência dos órgãos de controle TCU, CNJ e CSJT; e boas práticas na gestão de frotas de veículos.	Fevereiro a Abril	SEDIV	Assessoria de Segurança e Transporte e Secretaria-Geral da Presidência.

* Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Monitoramento							
Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objeto	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Monitorada
20	Monitoramento	-GESTÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PERMANENTES.	Processo Administrativo 0000289-63.2016.5.15.0895 - Item 10 do PAA/2016 - Inventário Físico e Financeiro de 2015.	Normatização interna e legislação correlata; gerenciamento de riscos; gestão patrimonial; sistema informatizado de controle patrimonial; Siafi.	Janeiro a Março.	SAUDI	Secretaria da Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral.
21	Monitoramento	-GESTÃO ADMINISTRATIVA - AQUISIÇÕES	Processo Administrativo 0000200-06.2017.5.15.0895 - Item 11 do PAA/2017 - aquisições e contratações realizadas mediante processos de dispensas e inexigibilidades de licitação - amostra do exercício de 2016.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos e jurisprudência dos órgãos de controle TCU, CNJ e CSJT.	Março a Maio	SEDIV	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral.
22	Monitoramento	-GESTÃO ADMINISTRATIVA - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	Processo Administrativo 0000116-05.2017.5.15.0895 - Item 17 do PAA/2017 - Aquisições e contratações realizadas mediante processos licitatórios - certames infrutíferos.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos e jurisprudência dos órgãos de controle TCU, CNJ e CSJT.	Junho a Agosto.	SELIC	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral.
23	Monitoramento	-GESTÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PERMANENTES.	Processo Administrativo 0000577-11.2016.5.15.0895 - Item 11 do PAA/2016 - Desfazimento de bens.	Normatização interna e legislação correlata; gestão patrimonial; sistema informatizado de controle patrimonial; Siafi.	Setembro a Dezembro	SAUDI	Secretaria da Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2018
PAA 2018

Nº da Ação	Tipo/Forma	Macroprocesso/Processo	Objetivo	Conhecimentos Específicos	Período	Unidade Responsável	Unidade Monitorada
24	Monitoramento	-FUNÇÕES DE CONFIANÇA CARGOS COMISSIONADOS	Processo Administrativo 0000305-80.2017.5.15.0895 PA - Item 10 do PAA/2017 - procedimentos de atribuição, designação, exoneração e substituição de encargos – FC e CJ.	Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União; normas editadas pelo CSJT e CNJ; e jurisprudência destes Órgãos Superiores e TCU.	Novembro a Dezembro	SEDAP	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria Geral.
25	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	-GESTÃO ADMINISTRATIVA -AQUISIÇÃO DE BENS SERVIÇOS	Processo Administrativo 0000493-10.2016.5.15.0895 - Item 18 do PAA/2016 – Serviços terceirizados – Termos aditivos.	Decreto 7.892/2013; Lei 8.666/1993; jurisprudência do TCU.	Agosto a Outubro	SELIC	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral.
26	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta.	-GESTÃO DE PESSOAS -ESTÁGIO	Processo Administrativo 0000473-53.2015.5.15.0895 - Item_07_PAA-2015 – Programa de Estagiários – procedimentos de contratação e pagamento.	Lei 11.788/2008; Ato Regulamentar GP 12/2014; Siafi.	Novembro a Dezembro	SEDIV	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria-Geral.
27	Auditoria de Conformidade/ Auditoria Direta	-GESTÃO ADMINISTRATIVA -AQUISIÇÃO DE BENS SERVIÇOS	Processo Administrativo 0000682-85.2016.5.15.0895 - Item 16 do PAA/2016: Tarifas públicas – legalidade e legitimidade das despesas com telefonia	Normatização interna e legislação correlata; Siafi	Junho a Agosto.	SEDIV	Secretaria da Administração e Diretoria-Geral.